



FORMAÇÃO DOCENTE: EDUCAÇÃO PARA NÃO VIOLÊNCIA E PARA OS DIREITOS NA ESCOLA EM PAUTA

Alice Oliveira Lopes ¹
Áurea Augusta Rodrigues da Mata ²

RESUMO

O referido trabalho propõe-se a socializar experiências formativas vivenciadas a partir do Projeto de Extensão “Educação para não Violência e para os Direitos” realizado nos anos de 2020 e 2021, bem como, no programa de licenciaturas – Prolicen - 2022 intitulado “Educação para não Violência: articulando formação inicial e continuada de professoras/es no âmbito da Educação Básica”, ambos ligados à UFPB. De forma geral, os projetos tiveram como perspectiva significar e ressignificar conceitos, preconceitos, estigmas e violências na escola, dialogando sobre igualdade e equidade de gênero e a não violência a partir da lógica dos direitos humanos, enfatizando a cultura do respeito às diferenças e de convivência democrática na comunidade escolar. Dentre outras ações do projeto de extensão, destacamos o curso “Educação para não violência e para o respeito às diferenças na educação infantil”, que teve como público alvo: Docentes, Psicólogas/os, Assistentes Sociais e Pedagogas/os que atuam na área de Orientação ou Supervisão Pedagógica na Educação Infantil na rede pública de ensino. No Prolicen realizamos intervenções práticas em uma escola pública municipal em duas turmas de 5º ano do ensino fundamental envolvendo alunas/os e professoras. Tomamos como referência teórica para a elaboração de nossas ações e construção deste artigo: Louro (2003), Miranda (2010), Félix (2005), Colling (2018) dentre outras/os. Tratar dessas questões no âmbito escolar é urgente. Demanda confirmada pela busca constante de profissionais da educação por formação continuada que possibilite momento de diálogo e aprofundamento dos conhecimentos nessas temáticas, na perspectiva de qualificar as ações-reflexões-ações, bem como, é urgente a presença desses conhecimentos na formação inicial para uma melhor apreensão dos conceitos e combate às violências, de forma comprometida e com o foco na construção de outros mundos possíveis.

Palavras-chave: Educação para não Violência, Formação Docente Inicial e Continuada, Educação Básica, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca das temáticas de gênero e sexualidade na contemporaneidade perpassam de forma implícita ou explícita todas as esferas estruturantes da sociedade e cultura, afinal os corpos que compõem os espaços são constituídos por sujeitos de gêneros (Félix, 2015). Nesse sentido, as instituições escolares, sejam elas de nível infantil, fundamental, médio ou superior passam a ser um ambiente de construção e produção de seus indivíduos, classificando-os em relação ao gênero e sexualidade. Conforme Louro

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail liceelopes1@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora no Centro de Educação - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: aurea.augusta@academico.ufpb.br



(2003), apesar da escola utilizar em seu discurso a afirmação de que nada tem a ver com as temáticas de gênero e sexualidade e que estas não devem ser expressadas ou discutidas em seu ambiente, a todo momento o espaço escolar incide em, por exemplo: determinar como meninas devem se comportar, quais atividades esportivas garotos podem fazer, que garotas são mais organizadas e silenciosas enquanto os meninos são violentos e barulhentos. Em outras palavras, “Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes” (Louro, 2003, p.62).

Dessa feita, a escola deve ser um dos territórios onde se faz necessário ampliar os debates de forma sistemática e continua dialogando com a teoria e prática sobre as temáticas de gênero e sexualidade, seja na própria sala de aula e/ou na formação continuada e, não apenas com as/os docentes, mas com toda a equipe escolar, bem como, na formação inicial daquelas/daqueles profissionais que ainda chegarão nelas. Ressaltamos que compreendemos a escola como espaço privilegiado para o diálogo e construção de uma educação para não violência e para os direitos. Tomando por referência Saviani (1986, p. 22), a escola é “um antídoto à ignorância (...). Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente”. Desta maneira, ser um ambiente que contribui diretamente para que os sujeitos possuam repertório para expressar seus interesses e visão de mundo (Saviani, 2014).

Desta forma, nos questionamos: Como aprender a ler e perceber o mundo? Ou ressignificar conceitos e preconceitos tão arraigados em nossa sociedade? Utilizando uma educação que trate de tais temas por meio de abordagens científicas, retirando os tabus e mitos que são popularizados a partir do senso comum. Uma educação permanente para e com os direitos humanos, que contribua para uma mudança cultural (Benevides, 2007) é uma das possibilidades pelas quais podemos caminhar, sendo fundamentais na formação docente inicial e continuada.

De forma geral, o propósito deste artigo é socializar as experiências formativas vivenciadas a partir do Projeto de Extensão “Educação para não Violência e para os Direitos” realizado nos anos de 2020 e 2021, bem como, a partir do programa de licenciaturas – Prolicen 2022 - intitulado “Educação para não Violência: articulando formação inicial e continuada de professoras/es no âmbito da Educação Básica”, ambos



ligados ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB). Os projetos se propõem a contribuir na construção de uma sociedade mais democrática e apresentam como objetivo central: (res)significar conceitos, preconceitos e estigmas, dialogando sobre igualdade e equidade de gênero e a não violência a partir da lógica dos direitos humanos. Tendo como foco a formação docente inicial e continuada, ressalta a importância dessas questões reverberarem para além dos muros da escola. Propondo uma educação que considere também, a apuração dos sentidos pois, como afirma Louro (2003, p.65): “Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar.” Em harmonia com a fala acima, Alves (2011, p.18) também nos provoca quando afirma que, “o ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido”.

Assumimos para essa construção, a importância de ser abordado nas escolas essa discussão tomando como referência Félix (2015), para referida autora, gênero é um elemento organizador da sociedade e cultura, e sua abordagem nas escolas é fundamental para promover uma cultura de respeito às diferenças e aos direitos humanos, bem como, para fomentar uma pedagogia que ensine, entre outras coisas, que as diferenças de sexo não podem ser materializadas em desigualdades de direitos e de acesso. Não podemos deixar de considerar que as questões e os significados atribuídos às problemáticas de gênero e sexualidade tem interseccionalidade com outros marcadores como: raça/etnia, orientação sexual e classe. A uma tendência na sociedade que é naturalizar/normatizar a heterossexualidade e os comportamentos que são atribuídos a homens e mulheres como se fossem inerentes a sua existência, a partir de uma lógica que afirma existir uma única forma de ser mulher ou ser homem, criando assim, estereótipos de gênero que são impostos pela sociedade. Dessa maneira:

a sociedade impõe o que considera uma linha coerente entre essas dimensões, mas na prática muitas pessoas não seguem essa linha. São essas pessoas as que mais sofrem com os preconceitos causados pela falta de respeito à diversidade sexual e de gênero (Colling, 2018, p.29).

Estas questões que são percebidas como incoerentes por uma parcela da sociedade passam a ser materializadas na vida de meninas/mulheres e da população LGBTQIAPN+ em desigualdades econômicas, violências e ataques aos direitos, criando hierarquias entre as sexualidades e entre os gêneros, apontando sempre uma superioridade heterossexual e



masculina. Destacamos uma fala da Deputada Federal Duda Salabert realizada em audiência pública na Câmara das/os Deputadas/os em setembro de 2023, que ilustra a percepção de uma parcela da sociedade em relação à população LGBTQIAPN+ e o ataque constate que sofrem:

A categoria de humanidade no Brasil sempre esteve em disputa e nunca foi dada (...) e hoje nós pessoas LGBT's, sobretudo travestis e transexuais ainda lutamos para conquistar essa categoria, pois quando dizemos humanos pressupõe direitos, daí o termo Direitos Humanos, só é humano aquele que tem direito e quando querem tirar direitos nossos querer retirar a pouca porção de humanidade que nós conquistamos a muitas penas nos últimos anos (Salabert, 2023).

Se algumas pessoas são consideradas mais humanas que outras, estas têm mais direitos e possibilidades de existir. Como isso ocorre em espaços escolares? O acesso e permanência desses grupos é garantido? Vejamos dados de pesquisa realizada e publicados pela ABGLT em 2016, sobre a ambiência escolar e como essa é percebida pela população LGBTQIAPN+:

[...] os/as estudantes LGBT afirmaram ter notas significativamente inferiores às notas daqueles/as que sofriam menos agressão e violência. Por exemplo, dos/das estudantes LGBT que vivenciaram níveis menores de agressão verbal devido à orientação sexual, 80,2% afirmaram ter notas boas ou excelentes quando comparados aos 72,4% de estudantes LGBT que vivenciaram níveis maiores de agressão (ABGLT, 2016, p.47).

Assim como para mulheres e meninas:

No Brasil, há mais de 1,7 milhão de meninas e mulheres de 15 a 29 anos que não completaram o ensino médio, não estudam e não exercem atividade remunerada. Elas representam 26% do total de jovens dessa faixa etária que não concluíram o Ensino Médio e não voltaram a estudar. E elas são mais do que o dobro de meninos e homens nessa situação, que somam cerca de 800 mil – 12,7% do total (Gênero e Número, 2018).

Levando em consideração as múltiplas violências que tem sido (re)produzidas no âmbito escolar e os efeitos diversos que causam nos sujeitos que sofrem as violências, é mais que urgente repensarmos qual o papel da escola diante das questões de gênero e sexualidade e a construção de uma prática educativa que considere o espaço escolar enquanto lugar de transformação da sociedade, pois “(...) a Escola, com seu papel formativo, tem sobre si uma enorme responsabilidade, proporcional aos seus desafios, no



que diz respeito à superação dos preconceitos e à defesa irrestrita dos direitos humanos” (Bicalho, 2014, p.14).

Acreditando na educação para não violência e para os direitos e, assumindo o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, os projetos problematizaram na perspectiva de ação-reflexão-ressignificação levando em consideração o caráter prático da educação, ou seja, que carrega uma intencionalidade de transformação da realidade (Pinto, 2006) e sua atuação no “chão” da escola. Bem como, dialogando com as especificidades dos sujeitos, suas construções sociais e culturais para estabelecer uma comunicação que fosse transformada em conhecimento, oferecendo elementos teóricos e práticos, momentos de reflexões e debates acerca das temáticas de gênero e sexualidade em diversos contextos e a aplicabilidade no cotidiana.

Vivenciando os projetos: entrelaçando relações a partir do projeto de extensão

Na edição de 2020 o projeto foi composto por uma equipe de nove estudantes voluntários: quatro do curso de Pedagogia, quatro do curso de Ciência das Religiões e um Mestrando em Educação e licenciado em Educação Física. Inicialmente tinha como propósito realizar atividades presenciais em uma escola municipal, devido ao momento pandêmico causado pelo novo coronavírus, foi necessário repensarmos o formato das ações e o público alvo. Assim, surgiu o curso de extensão “Gênero e sexualidade na atualidade” oferecido de maneira virtual através da plataforma *Google Meet*, organizado em quatro módulos divididos em dez encontros, cada um foi ministrado por uma/um palestrante convidada/o que vinham do âmbito acadêmico e/ou de movimentos sociais alinhados com os temas, o propósito era ampliar as trocas entre os campos de saberes. Alcançou o número de 125 pessoas inscritas, um público composto por diversos segmentos como: educação, saúde, direito e serviço social, dentre outros.

Os encontros aconteciam semanalmente de forma *online*, com a metodologia de ensino-aprendizagem participativa, de modo a possibilitar a construção coletiva de conhecimentos, bem como incentivar a busca investigativa do conhecimento, construindo relações entre as leituras e a vida cotidiana. Utilizamos estratégias variadas: palestras expositivas dialogadas, debates, vídeos, textos, imagens e outras mídias, tomando por base a leitura/estudo dos textos básicos socializados, bem como, em materiais



complementares indicados e vivências cotidianas. Para as/os participantes era disponibilizado pela plataforma *Moodle Classes* sugestões de leituras referentes às temáticas. De forma geral o curso abordou as seguintes temáticas: Reflexões teórico-políticas sobre gênero e sexualidade na atualidade; Cultura e Teoria Queer: desfazendo o gênero?; Divisão sexual do trabalho e a pandemia; Patriarcado, violência contra as mulheres e pandemia; Noção de “ideologia de gênero” e suas implicações nas políticas públicas educacionais; Gênero e diversidade sexual na formação docente; Cotidiano Escolar, Sexualidade e Gênero; Feminismo Materialista e Feminismo Popular; Feminismo Negro e Transfeminismo; As lutas democráticas no âmbito das questões de gênero e da sexualidade diante a conjuntura atual. Foram criados também fóruns para diálogos entre as/os participantes e atividades avaliativas ao longo do curso. Importante ressaltarmos que para algumas das pessoas participantes o curso foi porta de entrada nessas temáticas e, para outras, oportunidade de aprofundamento para suas pesquisas acadêmicas.

Na atividade final, foi solicitado um relato a partir da seguinte provocação: “Quais foram as contribuições do curso para sua vida pessoal e profissional?”. Para a nossa surpresa surgiram respostas utilizando diversas linguagens expressivas: vídeo relato, poesia, pintura, mapa mental, desenho, cordel, produções textuais. A partir desse retorno, surgiu a ideia de compilar as produções em um documentário e, assim, expandir as reflexões geradas a partir do curso. O documentário se encontra disponível no *YouTube*, intitulado “Gênero e sexualidade na atualidade”³. Além das atividades voltadas para o curso de extensão oferecido, ocorria junto a equipe do projeto encontros semanais para dialogarmos sobre as temáticas, através de leituras orientadas pela professora, planejamento das ações futuras e avaliação do que estávamos desenvolvendo.

No ano de 2021, o projeto contou com sete integrantes: uma estudante de Psicologia, uma estudante de Ciências Biológicas, um estudante de Ciências das Religiões e quatro estudantes de Pedagogia. Foram realizadas diversas ações ao longo do projeto, iniciando com os grupos de estudos orientados com as/os discentes envolvidas/os no projeto, focando nas temáticas específicas, estabelecendo relação com a formação

³ DOCUMENTÁRIO - Gênero e Sexualidade na Atualidade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bZ8nMR0XVBU>>.



acadêmica, profissional e cidadã desses. Divulgação das ações nas redes sociais. Dentre as ações, destacamos: o curso de extensão para as/os profissionais da educação básica, voltado especificamente para a educação infantil, intitulado “Educação para não Violência e para o Respeito às Diferenças na Educação Infantil”, realizado através da plataforma *Google Meet* dividido em três módulos, nove encontros quinzenais ministrados pela professora-coordenadora e por palestrantes convidadas/os, contou com 95 participantes. As temáticas debatidas nos encontros tinham como foco a problematização e reflexão da realidade para contribuir na prática pedagógica das/dos participantes. Visto que:

Na educação infantil, mesmo antes de docentes conhecerem as crianças que serão seus/suas alunas/os, também organiza-se o espaço de tal forma para que as crianças sejam sujeitos legítimos no padrão heterossexual e cisgênero. Nessa perspectiva, a escola tem seus artefatos para tentar governar os corpos infantis e, por consequência, capturar as suas subjetividades (Miranda, 2019, p.28).

As temáticas discutidas durante o curso pensavam como transpor didaticamente os debates sobre gênero e sexualidade na educação infantil de modo a dialogar com o cotidiano escolar e com a realidade das/dos professoras/es e demais profissionais que atuam nesse âmbito. Foi feito um paralelo entre as temáticas dos encontros e alguns contos de fadas. Nossas temáticas norteadoras foram: Lições de Gepeto - Escola como espaço de aprendizagem da identidade, do afeto e do respeito; Bruxa boa ou fada má - Escola que protege e que garante os direitos na infância; Floresta encantada versus torre mais alta - Movimentando a cidadania na Educação Infantil; A casa dos sete anões - O respeito às diferenças na Educação Infantil; Belas e Feras - A criança escondida na professora; Cícero, Heitor e Prático - O que acontece no chão da escola?; Observando o lago dos cisnes - Experiências e experimentos sobre diversidade e diferenças na Educação Infantil; Salagadula mexegabula bibidi-bobidi-bu - Cenas de educação para a não violência na Educação Infantil; Apenas uma ervilha(?) - Cenas de educação para os direitos na Educação Infantil; Para salvar uma aldeia: uma criança guerreira - Com a palavra, as crianças! Fala, criança!

Ocorreu também, a realização da oficina “Eva e Elas na relação das diferenças” em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB/PB) e com a Cunhã Coletivo Feminista, foi abordado a história das mulheres a partir de diferentes linguagens,



como: pintura, música, poemas para provocar reflexões acerca da luta das mulheres no Brasil e no mundo. Contamos com a participação de estudantes da UFPB. Outra ação, produção de uma cartilha intitulada “Pequeno Manual: Somos Pessoas Diversas, e aí?”, disponibilizado de forma *online* por meio do *Instagram* do projeto e dos sites da UFPB⁴. A cartilha se propõe a ser um material didático que aborda questões centrais das temáticas de gênero e sexualidade e que pode ser utilizada em escolas, ONGs e movimentos sociais. Defendemos que compartilhar conhecimento também é uma forma de contribuir diretamente na luta da educação para não violência e para os direitos.

Vivenciando os projetos: entrelaçando relações a partir do Prolicen

O Prolicen 2022, intitulado “Educação para não Violência: articulando formação inicial e continuada de professoras/es no âmbito da Educação Básica” foi realizado em uma escola de ensino fundamental da cidade de João Pessoa/PB, ocorreu no período de maio a novembro, participaram do projeto duas professoras do 5º ano do ensino fundamental e as/os estudantes de suas respectivas turmas. A equipe foi composta por estudantes bolsistas e voluntários: três de Pedagogia, um de Ciências Sociais e uma colaboradora externa. As atividades iniciaram com grupos de estudos orientados para trocas e construção do conhecimento de forma coletiva. Esse primeiro momento foi fundamental para que a chegada do projeto na escola fosse carregada dessa educação dos sentidos em relação às percepções das temáticas de gênero e sexualidade, como provoca Louro (2003).

As ações na escola foram iniciadas a partir da realização de entrevista diagnóstica com as professoras, as respostas serviram como referencial para definição das temáticas a serem abordadas nas oficinas formativas com elas, as mesmas foram divididas em três eixos: conceitos de gênero e sexualidade, utilizamos as próprias vivências e relatos como mote para a construção de um material didático que facilitou a visualização do que cada conceito significa; mediação de conflitos e as oportunidades de intervir pedagogicamente em sala de aula diminuindo os conflitos, usamos como ponto de partida os comportamentos e ações que tínhamos observado em sala de aula; linguagens para

⁴ Manual: Somos Pessoas Diversas, e aí? Disponível para download em <<http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/destaques/manual-somos-pessoas-diversas-e-ai>>



debatermos as formas de comunicação e de como a linguagem constrói significados, para esse momento utilizamos frases consideradas preconceituosas que são frequentemente ouvidas por mulheres/meninas e população LGBTQIAPN+ e como podemos modificá-las em nosso cotidiano. Foi produzido um *zine*, que explorou uma trilha de educação não violenta pelos sentidos, esse material também se propunha a ser para as professoras um compilado do que já havíamos discutido ao longo das oficinas e que pudesse ser por elas revisitado.

A partir da entrevista final realizada com as professoras, foi possível concluir sobre as oficinas que,

As oficinas foram momentos bastante significativos e trouxeram à tona memórias saudosas da infância e adolescência das professoras, mas além disso, possibilitaram a identificação e compreensão de alguns conceitos e preconceitos sobre gênero e sexualidade que elas traziam, oriundos das suas vivências e da construção social cultural que nos é imposta. Como partimos de suas vivências pessoais e profissionais, esses momentos estimularam a reflexão e a compreensão desse novo olhar sobre seu passado e presente, assim como, possibilitou identificar a necessidade de mudanças nas suas práticas pedagógicas cotidianas (Lopes, *et al.*, 2023, p.160).

De acordo com a entrevista, o projeto foi o primeiro espaço sistemático de formação continuada dentro da temática de educação para não violência e para os direitos que as professoras participaram, elas trabalhavam, a partir das suas vivências, espaços de escuta considerando propostas vindas da turma para a condução da aula. Nas nossas observações, percebemos que perpassava nas aulas temas como divisão sexual do trabalho, diversidade cultural e falas que demonstravam que era levada em consideração a diversidade familiar. Para nós foi importante ressaltar com as mesmas esses pontos que já eram abordados por elas, para que pudessem perceber que não estavam partindo do zero. E o que precisava ser aprofundado era a apropriação dos conceitos centrais e a utilização de situações do cotidiano que fossem oportunidades para o debate de uma educação para não violência.

Realizamos cinco oficinas temáticas com as turmas, cada uma delas abordando questões centrais para o debate em direitos humanos com foco nas questões de gênero e sexualidade. Na primeira, a temática foi: “O que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade?”. Provocamos as turmas a trazer definições e a partir delas, fizemos questionamentos na perspectiva que refletissem para além do senso comum. A maior



parte das definições apresentadas versavam sobre comportamento, estereótipos e vestimentas. Na segunda, “Corpos”, fizemos a discussão acerca da diversidade cultural e estética, assim como a diversidade das vestimentas que foram mudando ao longo do tempo, durante a oficina pudemos perceber que as crianças já traziam elementos para além do que é estabelecido pelo senso comum.

As duas primeiras oficinas empenhamo-nos em causar nas crianças questões referentes à naturalização de determinados comportamentos que perpassam os corpos para que seja possível perceberem que nada é tão óbvio quanto parece. Fazendo esse exercício de repensar as linguagens (Lopes, *et al.*, 2022, p.18).

A terceira foi sobre “Direitos e deveres no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” e a quarta sobre “Exploração e abuso sexual infantil”, teve como objetivo identificar e dialogar sobre características de situações de abuso. Durante a realização dessas oficinas ouvimos relatos em relação a violência contra a mulher e incluímos um momento para tratar da Lei Maria da Penha.

A última e quinta foi sobre a “Lei Maria da Penha e tipos de violência contra a mulher”, utilizamos a Cartilha informativa da Lei nº 11.340/2006 - Maria da Penha vai às Escolas, elaborada pela Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres de João Pessoa/PB. A finalização dessa atividade de oficinas se deu em um momento que denominamos como culminância, realizamos jogo de trilha desenhado no chão com perguntas relativas a todos os assuntos debatidos. Dividimos as turmas em equipes. Foi possível verificarmos, pelas respostas dadas, que as turmas estavam bastante engajadas e compreenderam as temáticas tratadas nas oficinas. O que nos trouxe a confirmação da importância da existência de espaços como esses na escola.

Considerações finais

As atividades desenvolvidas ao longo dos três anos citados, contribuíram diretamente para a qualificação de profissionais que já atuam no “chão” da escola ou em outros espaços de formação, bem como, na formação inicial de estudantes licenciandos. Para estes, os projetos oportunizaram formação teórico-prática, experimentação inicial no ambiente escolar e vivências na dimensão saber-fazer relacionadas ao planejamento e execução dos cursos e oficinas oferecidos. Compreendemos que espaços coletivos dos quais podemos pensar e repensar as formas de perceber o mundo através de uma lógica



dos direitos humanos, é fundamental em nossa formação enquanto profissionais e cidadãos. E foram esses espaços de forma *online* e presenciais que buscamos ao longo das edições dos projetos, construir coletivamente, partindo da leitura da realidade e da fundamentação teórica.

A formação docente inicial e continuada se coloca como trincheira fundamental para a construção de novos modos de ver, ouvir e perceber as questões de gênero, sexualidade e a produção dos saberes em nossa sociedade. A complexidade da realidade que vivenciamos no tempo histórico atual precisa ser amplificada e por meio dessas construções e reconstruções, repensarmos com atenção tudo aquilo que é naturalizado, que por muitas vezes privilegia uma concepção única, um modelo padronizado de sujeito, desconsiderando a singularidade dos corpos e suas marcas (Fontes e Soares, 2019). Em suma, acreditamos na escola e nos espaços de formação inicial e continuada como espaços que podemos construir outros imaginários possíveis, lugar de transgressão e diálogo. Abordar essas questões nas políticas públicas educacionais, podem fortalecer o arcabouço teórico-metodológico e, conseqüentemente, preparar as/os profissionais para as discussões que venham a surgir dentro da escola e fora dela. Ressaltamos também a necessidade de incluir as questões de gênero e sexualidade, educação para não violência e para os direitos no Projeto Pedagógico das escolas. É muito importante esses espaços de construção e reconstrução para pensar o mundo para além de uma norma binária, heteronormativa, cisgênera, pensar maneiras de fomentar o conhecimento levando em consideração a diversidade que perpassa a educação básica, superior e a formação docente. De acordo com Gadotti (2007), “educar para outros mundos possíveis é também educar para a **ruptura**, para a **rebeldia**, para a **recusa**, para dizer “não”, para gritar, para sonhar com outros mundos possíveis. Denunciando e anunciando” (p.26 grifos do autor).

REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: às experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

ALVES. Rubem. **Educação dos Sentidos e mais**. Campinas, São Paulo: Verus, 2011. (recurso eletrônico).



BENEVIDES, Maria Vitoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa Ética e Cidadania. Construindo valores na escola e na sociedade. 2007.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica.** Formação Continuada em Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal do Rio de Janeiro – edição 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **CADERNO escola sem homofobia.** Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/bhQ23>> Acesso em: 10 out. 2023.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FÉLIX, J. **Gênero e Formação Docente: reflexões de uma professora. Espaço do Currículo**, v.8, n.2, p. 223-231, maio a agosto de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso 12 de setembro de 2023.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a Educação Popular. **PROPOSTA**, Revista Trimestral de Trabalho da Fase. n.113, p.21-27, jul./set.2007.

LOPES, Alice Oliveira. *et al.* Gênero e Sexualidade na Escola: debate necessário na formação docente. *In:* CARVALHO, Maria Eulina de. *et al.* (org.) **Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade: Incluindo múltiplas vozes.** Curitiba: Editora CRV, 2023. Cap.12, p. 154-165.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 2003.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Sexualidade e Gênero na Educação Infantil.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

PINTO, U. de A. **Pedagogia e pedagogos escolares.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.48.2006.tde-22062007-095259. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista RBBA**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 02, p. 11-36, dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 14. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1986.

SOARES, Mayana Rocha. FONTES, Ramon **Pedagogias Transgressoras.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.